



COMO FAZER PARA QUE O ENADE SE TORNE DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA OS ESTUDANTES?

Marcos José Tozzi – marcosjtozzi@uol.com.br

Tozzi Engenharia e Consultoria Ltda.

Rua do Herval, 34 – Alto da XV

80045-010 – Curitiba - PR

Adriana Regina Tozzi – adriana.po@uninter.com

Centro Universitário Internacional - UNINTER

Rua Luiz Xavier, 103 – Edifício Garcez - Centro

80020-020 - Curitiba – PR

Rafael Fernando Tozzi – rftozzi@uol.com.br

Universidade Positivo - UP

Rua Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, 5300 – Campo Comprido

81280-330 - Curitiba - PR

Resumo: Os dados aqui apresentados representam os resultados do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Conceito Enade (CE), publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e se referem aos cursos presenciais de Direito e de Engenharia Civil. Salienta-se que esses resultados foram obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), realizados em 2015 e 2018 (Curso de Direito) e 2017 (Curso de Engenharia Civil), que se encontram disponíveis no PORTAL INEP (2018). Este artigo demonstra que as instituições que aprovam a partir de 50% dos estudantes presentes no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, no período de 2016 a 2018, são as mesmas que obtêm os melhores valores do CE e não do CPC. Com essa conclusão, o artigo apresenta sugestões à OAB e ao MEC/Inep de como utilizar melhor os dados obtidos no Enade, além de sugerir estudos que possam comprovar a efetiva necessidade da realização do Exame da Ordem do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

Palavras-chave: Direito, Engenharia Civil, Enade, Conceito Preliminar de Curso (CPC).

1 INTRODUÇÃO

O planejamento adequado de uma política pública relacionada à educação brasileira passa pela análise de resultados de avaliação, supervisão e regulação dos cursos de graduação. No âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado em abril de 2004, uma das formas de avaliação é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Aplicado a cada ano por grupo de áreas do conhecimento, o Enade propicia o estabelecimento do Conceito Preliminar de Curso (CPC), que, segundo o Inep, é um indicador de qualidade que combina, em uma única medida, diferentes aspectos relativos aos cursos de graduação. Ele é constituído de oito componentes (um deles é a nota dos concluintes do



Enade, que conduz ao valor do Conceito Enade - CE), agrupados em quatro dimensões que se destinam a avaliar a qualidade dos cursos de graduação – ver INEP (2018).

TOZZI e TOZZI (2016) e TOZZI et al. (2019) vêm, sistematicamente, apresentando resultados que indicam que o CPC não parece ser o indicador adequado da qualidade dos cursos de graduação.

O Enade, pelo que é estabelecido em Lei, é considerado um componente curricular obrigatório que deve ser respeitado pelos estudantes regularmente matriculados em cursos de educação superior e habilitados à condição de participante do exame. As Instituições de Ensino Superior (IES) se preocupam com os valores do CPC, produzidos pelo Enade, que são atribuídos aos seus cursos, pois os classificam como Insatisfatórios (conceitos 1 e 2), Satisfatórios (conceito 3) e Bons e/ou Muito Bons (conceitos 4 e 5).

Mas, e o Confea, qual deve ser a sua preocupação? Não sendo responsável pela formação dos profissionais que farão parte do Conselho, deve simplesmente definir as atribuições profissionais a todos os concluintes das IES, sem se importar com a qualidade da formação que receberam? Segundo o Censo da Educação Superior de 2017 (INEP, 2019), o número de engenheiros formados em 2017, nos cursos presenciais, atingiu o valor de 113.001, para um número total de 4.366 cursos de Engenharia, com 527.691 vagas.

A consulta avançada realizada no E-MEC (2020), em 22/04/2020, identificou que, os cursos presenciais de Engenharia atingiram 6.032 cursos (crescimento de 38,1% em relação a 2017), com um total de 809.330 vagas (crescimento de 53,4% em relação a 2017). Na mesma consulta, em relação aos cursos de engenharia a distância, verificou-se que o número total de cursos já atingiu o valor de 482 cursos, com um total de 578.429 vagas autorizadas. A soma do número de vagas dos cursos de engenharia presenciais e a distância atingiu, em 22/04/2020, o valor de 1.387.759 vagas.

Com esses números expressivos de cursos de engenharia e de vagas autorizadas, surge a questão: o CONFEA deve ou não considerar uma avaliação própria dos profissionais antes de serem integrados ao Conselho, nos moldes adotados, desde 2010, pelo Exame da Ordem dos Advogados do Brasil?

Visando auxiliar nessa possível decisão de se ter, pela primeira vez, uma avaliação própria dos concluintes antes de atuarem como profissionais no mundo do trabalho, que poderia receber o nome de “Exame de Ordem” do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, julgou-se importante realizar uma análise comparativa entre os resultados obtidos pelo Enade do curso de Direito (estudantes concluintes do curso) com os resultados do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (profissionais já formados).

Este artigo demonstra que as instituições que aprovam a partir de 50% dos estudantes presentes no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, no período de 2016 a 2018, são as mesmas que obtêm os melhores valores do CE e não do CPC. Com essa conclusão, o artigo apresenta sugestões à OAB e ao MEC/Inep de como utilizar melhor os dados obtidos no Enade, além de sugerir estudos que possam comprovar a efetiva necessidade da realização do Exame da Ordem do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

2 OBTENÇÃO DOS VALORES DO CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO (CPC) E DO CONCEITO ENADE (CE)

O CPC é um indicador de qualidade que combina, em uma única medida, diferentes aspectos relativos aos cursos de graduação. Ele é constituído de oito componentes, agrupados em quatro dimensões que se destinam a avaliar a qualidade dos cursos de graduação.



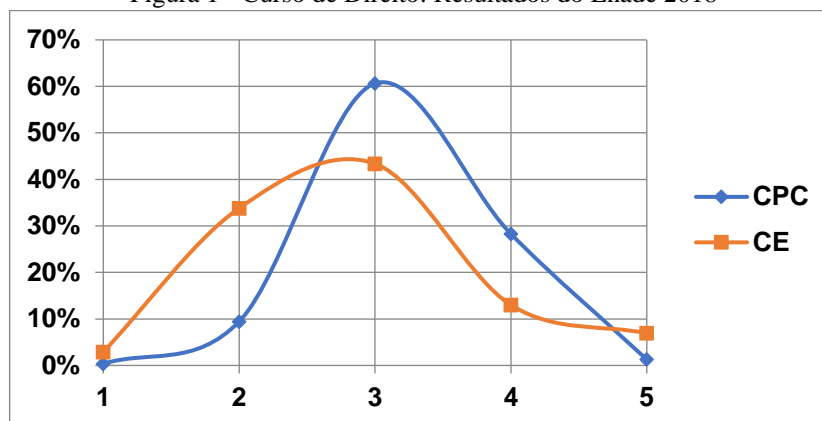
Assumindo valores discretos de 1 a 5, sua obtenção encontra-se definida na Nota Técnica Daes/Inep nº 18/2018 – INEP (2018).

O Conceito Enade (CE) é uma variável discreta que assume valores de 1 a 5, resultante da conversão da Nota Contínua dos Concluintes no Enade do curso de graduação, conforme descrito pela Nota Técnica Daes/Inep nº 16/2018/CGCQES/DAES – INEP (2018).

3 ANÁLISE DOS DADOS DO CPC X CONCEITO ENADE

A “Figura 1” apresenta as distribuições do CPC e do CE para o curso de Direito, referente ao Enade de 2018.

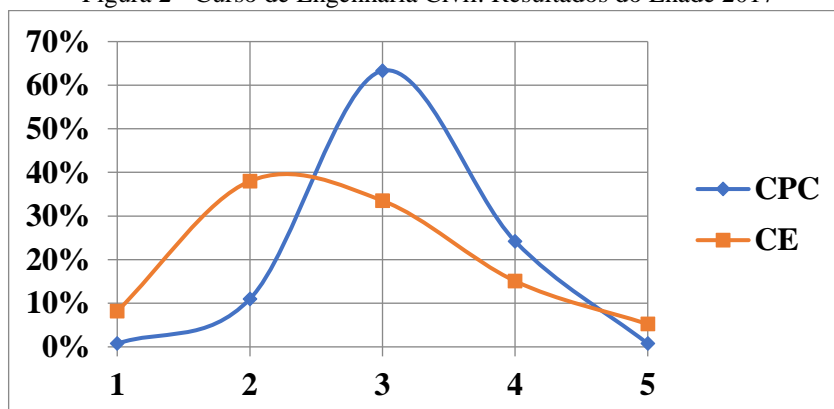
Figura 1 - Curso de Direito: Resultados do Enade 2018



Fonte: Autores.

Evidencia-se desta figura, claramente, um percentual de cursos com “notas insatisfatórias” (valores “1” e “2”), considerando somente o CE, muito superior ao obtido com a atribuição dos valores do CPC (36,73% x 9,82%). Entretanto, a diferença de percentual com “notas insatisfatórias” não é restrita ao curso de Direito. Como ilustrado na “Figura 2”, para o curso de Engenharia Civil (Enade 2017), a diferença do percentual do CE é ainda maior do que o correspondente ao CPC (46,17% x 11,78%).

Figura 2 - Curso de Engenharia Civil: Resultados do Enade 2017



Fonte: Autores.

O CPC tem sido utilizado pelo Inep como um indicador de qualidade dos cursos de graduação. Uma tentativa de uma possível verificação dessa afirmação é efetuada na sequência.



4 DADOS DO EXAME DA OAB X RESULTADOS DO ENADE

O Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, também conhecido como Exame de Ordem, é uma avaliação a que se submetem, por força de lei, os bacharéis em Direito no Brasil, em que demonstram que possuem capacitação, conhecimentos e práticas necessários ao exercício da advocacia. Este exame é organizado pela própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A Tabela 1 resume os dados estatísticos gerais dos Exames de Ordem realizados nos anos de 2016 a 2018, obtidos de OAB (2016), OAB (2017) e OAB (2018). Salienta-se que a OAB realiza três exames a cada ano.

Tabela 1 - Dados Estatísticos Gerais – Exames de Ordem de 2016 a 2018

Item	Primeiro Exame do Ano			Segundo Exame do Ano			Terceiro Exame do Ano			Média
	2016.1	2017.1	2018.1	2016.2	2017.2	2018.2	2016.3	2017.3	2018.3	
Total de Presentes	141.472	136.230	140.427	125.508	123.107	124.004	121.784	125.042	127.318	129.432
Total de Aprovados	18.791	32.244	28.630	25.239	20.451	22.551	19.129	29.905	15.143	23.565
Taxa Média de Aprovação (%)	13,28	23,67	20,39	20,11	16,61	18,19	15,71	23,92	11,89	18,20
Total de Cursos	1.381	1.431	1.329	1.548	1.419	1.587	1.421	1.422	1.422	1.440
Total de Cursos com o mínimo de 50% de aprovação	42	86	68	53	41	45	36	68	19	51
% de cursos com o mínimo de 50% de aprovação	3,04	6,01	5,12	3,42	2,89	2,84	2,53	4,78	1,34	3,55

Fonte: OAB (2016), OAB (2017) e OAB (2018)

Os piores resultados em termos de "percentual de cursos com o mínimo de 50% de aprovação" ocorreram no terceiro exame de 2016 (2,53%), no segundo exame de 2017 (2,89%) e no terceiro exame de 2018 (1,34%). Em geral, este percentual é muito baixo e apresenta uma variação entre 6,01% (2017.1) e 1,34% (2018.3).

Nos anos de 2016 a 2018 (nove exames), a taxa média de aprovação foi de 18,20% dos estudantes presentes aos exames. O melhor resultado ocorreu no terceiro exame de 2017 (23,92%) e o pior resultado no terceiro exame de 2018 (11,89%).

Como se trata de um exame realizado após a conclusão do curso, procurou-se verificar se poderia existir alguma correlação entre as instituições que obtiveram os melhores resultados no Exame de Ordem (cursos com maiores percentuais de aprovação) com os cursos que obtiveram "4" e "5" no CPC e no CE.

Os resultados apresentados nas "Tabelas 2 a 4" contemplam as IES (cursos) com taxas de aprovação igual ou superior a 50%, considerando-se os cursos com o número mínimo de 15 estudantes presentes aos exames da OAB realizados de 2016 a 2018, sendo que cada tabela se refere, respectivamente, ao primeiro, ao segundo e ao terceiro exame de cada ano (OAB, 2016, 2017 e 2018). Incluíram-se, na tabela, os resultados do CPC e do CE do curso de Direito, de 2015 e de 2018.



Tabela 2 - Exames de Ordem de 2016 a 2018 - Primeiro Exame do Ano - Aprovação igual ou superior a 50%

Nome da IES	Município	UF	Taxa de Aprovação (%)			CPC 2015	CE 2015	CPC 2018	CE 2018
			2016.1	2017.1	2018.1				
Universidade de São Paulo - USP	Ribeirão Preto	SP	80,00	81,82	80,77	-	-	-	-
Escola de Direito do Rio de Janeiro - FGV	Rio de Janeiro	RJ	72,73	82,35	87,50	4	5	4	5
Universidade Federal do Piauí - UFPI	Teresina	PI	70,27	75,41	69,81	3	5	4	5
Universidade Federal do Paraná - UFPR	Curitiba	PR	68,80	79,02	77,30	3	4	3	5
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	Juiz de Fora	MG	67,69	76,53	75,61	4	5	4	5
Universidade Est Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	Franca	SP	67,61	81,91	75,00	3	4	4	5
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Santa Maria	RS	65,31	75,00	73,17	4	5	4	5
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Recife	PE	64,13	75,90	68,12	3	5	3	5
Universidade Federal do Ceará - UFC	Fortaleza	CE	64,00	72,09	67,03	4	5	4	5
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Belo Horizonte	MG	62,80	78,76	78,61	4	5	4	5
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	Natal	RN	62,50	76,32	67,03	4	5	4	5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Porto Alegre	RS	60,87	68,18	70,08	4	5	4	5
Escola de Direito de São Paulo - Direito GV	São Paulo	SP	60,87	71,93	62,26	4	5	5	5
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ	Três Rios	RJ	60,61	77,78	75,00	4	4	4	5
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Vitória	ES	60,00	63,24	63,76	4	5	4	5
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	Rio de Janeiro	RJ	60,00	62,50	60,50	4	5	4	5
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES	Montes Claros	MG	50,00	52,94	58,73	3	4	3	4
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ	Seropédica	RJ	52,63	58,82	53,57	4	4	4	5
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	Caicó	RN	56,10	52,38	51,43	4	5	4	4

Fonte: OAB (2016), OAB (2017) e OAB (2018)



Tabela 3 - Exames de Ordem de 2016 a 2018 - Segundo Exame do Ano - Aprovação igual ou superior a 50%

Nome da IES	Município	UF	Taxa de Aprovação (%)			CPC 2015	CE 2015	CPC 2018	CE 2018
			2016.2	2017.2	2018.2				
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Belo Horizonte	MG	80,85	64,86	68,37	4	5	4	5
Fundação Universidade Federal de Viçosa - UFV	Viçosa	MG	73,91	66,67	76,47	3	5	4	5
Universidade Federal de Sergipe - UFS	São Cristóvão	SE	71,11	67,39	86,27	3	5	4	5
Universidade Federal de Goiás - UFG	Goiânia	GO	70,65	61,29	61,54	3	4	4	5
Universidade Est Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	Franca	SP	61,29	60,00	65,79	3	4	4	5
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	Cuiabá	MT	56,00	54,17	58,93	4	5	4	5
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Rio de Janeiro	RJ	56,92	51,63	57,75	4	4	4	5
Faculdades Integradas de Vitória - FDV	Vitória	ES	53,44	53,09	57,33	4	4	4	5

Fonte: OAB (2016), OAB (2017) e OAB (2018)

Tabela 4 - Exames de Ordem de 2016 a 2018 - Terceiro Exame do Ano - Aprovação igual ou superior a 50%

Exames da Ordem 2016 a 2018 - Terceiro Exame do Ano - Taxa de Aprovação igual ou superior a 50% (*)									
Nome da IES	Município	UF	Taxa de Aprovação (%)			CPC 2015	CE 2015	CPC 2018	CE 2018
			2016.3	2017.3	2018.3				
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Recife	PE	76,27	74,74	70,13	3	5	3	5
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Vitória	ES	66,67	74,29	72,55	4	5	4	5
Universidade Federal do Ceará - UFC	Fortaleza	CE	65,38	75,82	60,61	4	5	4	5
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Belo Horizonte	MG	63,35	80,92	63,70	4	5	4	5
Universidade de Brasília - UnB	Brasília	DF	61,21	69,79	69,92	4	5	4	5
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Santa Maria	RS	54,55	58,33	58,82	4	5	4	5

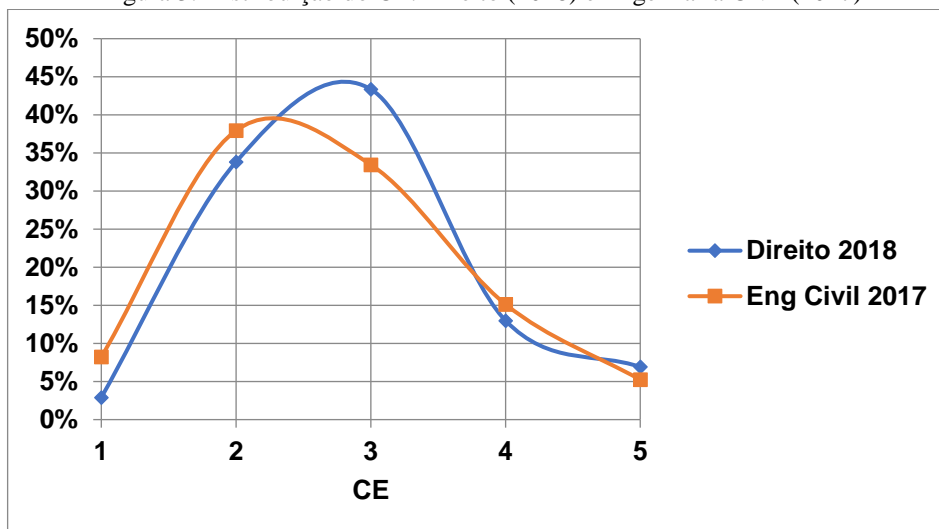
Fonte: OAB (2016), OAB (2017) e OAB (2018)

Pelos valores constantes das tabelas, verifica-se que o CPC não apresenta razoável correlação com os resultados da OAB, pois não contempla nenhuma nota "5" entre as IES que obtiveram taxa de aprovação igual ou superior a 50% dos estudantes presentes aos nove exames de 2016 a 2018. Por outro lado, uma boa correlação é obtida com os resultados do CE (23 notas "5" e 9 notas "4"). Assim, aparentemente, pode-se concluir que o CPC não representa o real conhecimento que os estudantes obtiveram em seus cursos. Esse conhecimento fica, aparentemente, melhor reproduzido pelo CE, como demonstrado pela sua melhor correlação com os resultados da OAB.

Se considerarmos que o CE é o que melhor reproduz o efetivo conhecimento adquirido pelos estudantes em um determinado curso, devemos analisar a "Figura 3", que ilustra a distribuição do CE para o curso de Direito (2018) e para o curso de Engenharia Civil (2017).



Figura 3: Distribuição do CE: Direito (2018) e Engenharia Civil (2017)



Deduz-se desta figura que, também na Engenharia Civil, o percentual de Instituições com as melhores taxas de aprovação em um possível “Exame de Ordem” do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) seria praticamente igual ao da OAB, pois ambos os cursos apresentam percentuais próximos para os valores de CE “4” e “5”.

O curso de Direito, pelo Exame da OAB, aprovou, no período de 2016 a 2018, somente 18,2% dos formados (ver Tabela 1) para atuarem no exercício da advocacia. No período de 2010 a 2019 (28 exames), TOZZI et all. (2019) mostraram que a taxa média de aprovação foi da ordem de 19,2%. Pela análise apresentada, será que o curso de Engenharia Civil, tomado neste artigo como exemplo característico das Engenharias, aprovaria, também, da ordem de 18% a 19% dos seus egressos para atuarem como profissionais no mundo do trabalho se submetidos ao “Exame da Ordem” do CONFEA?

5 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este artigo demonstra que as instituições que aprovaram a partir de 50% dos estudantes no Exame da Ordem da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, no período de 2016 a 2018, são as mesmas que obtêm os melhores valores do CE. Essa conclusão é respaldada pelos seguintes aspectos:

- A “Figura 1” (curso de Direito – Enade 2018) e a “Figura 2” (curso de Engenharia Civil – Enade 2017) ilustram que as porcentagens de cursos com “notas insatisfatórias” (valores “1” e “2”) considerando somente o Conceito Enade (CE), são muito superiores às obtidas com a atribuição dos valores do CPC. Esses resultados ocorreram independentemente do curso considerado (Direito ou Engenharia Civil). Ou seja, os valores do CPC não resultaram diretamente proporcionais aos resultados obtidos pelo empenho dos estudantes em realizar a prova (CE), devido aos parâmetros adicionais utilizados na metodologia do cálculo do CPC (características do corpo docente, da infraestrutura e do projeto pedagógico do curso) que mascaram os resultados que poderiam se constituir nos mais representativos do ponto de vista do desempenho exclusivo dos estudantes.
- As “Tabelas 2 a 4” contemplam as IES com as taxas de aprovação a partir de 50% nos nove exames da OAB realizados de 2016 a 2018, juntamente com os respectivos valores do CPC e do CE. A comparação dos resultados evidencia que o CPC não



apresenta razoável correlação com os resultados da OAB, pois não contempla nenhuma nota "5" entre todas as IES que mais aprovaram. Por outro lado, uma boa correlação é obtida com os resultados do CE (23 notas "5" e 9 notas "4"). Assim, aparentemente, pode-se concluir que o CPC não representa o real conhecimento que os estudantes obtiveram em seus cursos; esse conhecimento fica, aparentemente, melhor reproduzido pelo CE.

- Considerando que o CE é o que melhor reproduz o efetivo conhecimento adquirido pelos estudantes em um determinado curso, deduz-se da "Figura 3" que, também na Engenharia Civil, o percentual de Instituições com as melhores taxas de aprovação em um possível "Exame de Ordem" do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) seria praticamente igual ao da OAB, pois ambos os cursos apresentam percentuais próximos para a distribuição dos valores do CE "4" e "5" (cursos com melhores conceitos).

6 SUGESTÕES À OAB E AO MEC/Inep

Com base nos aspectos evidenciados anteriormente, parece-nos viável e necessário fazer as seguintes sugestões à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ao Ministério da Educação, visando fortalecer o papel do Enade por meio de uma melhor utilização de seus resultados e, assim, promover uma maior participação dos Conselhos Profissionais no processo da melhoria da qualidade da educação superior do país:

- O Exame da OAB e o Enade, embora sejam provas totalmente distintas, conduzem a um resultado comum: as IES com as maiores taxas de aprovação nos Exames da OAB de 2016 a 2018 apresentam correlação direta com os melhores conceitos do Enade (CE 4 e 5). Surge, então, a seguinte sugestão à OAB e ao MEC/Inep: por que não utilizar os resultados do Enade como uma alternativa para o Exame da Ordem, passando a considerar para os concluintes que obtiveram CE 4 ou 5 no Enade a sua aprovação imediata para o exercício da advocacia e, assim, isentá-los de realizar o Exame da Ordem?
- Essa decisão não só premiaria os estudantes do curso de Direito com os melhores resultados de CE como também incentivaria a todos os estudantes a realizarem o Enade com a maior dedicação e seriedade que ele merece. Uma decisão simples que não necessitaria mudança em nenhuma Lei, mas que traria uma enorme motivação para os estudantes e uma importância merecida para o Enade. Dessa forma, o Enade deixaria de se constituir em somente um valioso instrumento para a avaliação da qualidade do curso, e passaria a permitir, também, a atuação do concluinte como um profissional devidamente qualificado. Quem sabe se essa simples decisão não conduziria à utilização de Exames de Ordem em outras profissões regulamentadas, já que o Enade, também nestas profissões, poderia passar a aprovar, em princípio, para atuação no exercício profissional, os concluintes com os valores obtidos de CE 4 e 5?
- A Figura 3 mostrou que os cursos de Direito e de Engenharia Civil têm, praticamente, a mesma distribuição do CE 4 e 5 e que se o Exame da Ordem da OAB aprova, em média, de 18 a 19% dos que realizam o exame, a Engenharia Civil teria uma grande



probabilidade de aprovar, também, em seu Exame de Ordem, algo em torno de 18 a 19% dos profissionais que realizassem o exame. Tendo em conta essa probabilidade, surge, então, uma nova sugestão ao MEC/Inep: como o Boletim de Desempenho do Estudante não é de conhecimento público, por que não o Inep realizar um estudo com o CE obtido por todo estudante dos cursos de Direito (2018) e Engenharia Civil (2017) e verificar qual a porcentagem de estudantes dos dois cursos que obtiveram CE 4 e 5? Será que essas porcentagens seriam parecidas? Logicamente deverão ser menores que 18%, já que parte dos estudantes com CE 1, 2 e 3 também devem ter logrado êxito nos Exames da OAB.

- A obtenção dessa porcentagem para o curso de Direito permitiria compará-la com a que tem sido obtida pelo Exame de Ordem da OAB de 2018. Se forem parecidas, a sugestão anterior dada à OAB e ao MEC/Inep, de utilizar os resultados do Enade como uma alternativa para o Exame da Ordem, ficaria muito fácil de ser aceita e implementada.
- Para o curso de Engenharia Civil, a obtenção dessa porcentagem permitiria traçar um panorama geral da qualidade de formação dos concluintes. Como se trata de uma profissão de risco para a sociedade, a existência de um possível baixo percentual de estudantes com conceitos adequados no Enade identificaria a necessidade de utilização do Exame de Ordem como forma de selecionar os bacharéis em Engenharia Civil que possuem, efetivamente, capacitação, conhecimentos e práticas necessários ao exercício desta profissão. Além disso, a adoção do Exame de Ordem acabaria com a eterna discussão a favor ou contra os cursos de ensino a distância em Engenharia Civil. Os estudantes aprovados neste exame iriam identificar, claramente, que cursos oferecem formação adequada aos seus concluintes. Os cursos sem ou com pouca aprovação neste exame passariam a ficar desacreditados no mercado e, assim, estariam sacramentando a sua própria extinção.

7 REFERÊNCIAS

EMEC. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. <http://emec.mec.gov.br/emec/nova#>. Acesso em 22.04.2020.

INEP. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Brasília - Brasil. "Nota Técnica Daes/Inep nº 16/2018/CGCQES/DAES, sobre o Cálculo do Conceito Enade de 2017". 2018.

INEP. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Brasília - Brasil. "Nota Técnica Daes/Inep nº 18/2018, de 02 de agosto de 2018, sobre o Cálculo do Conceito Preliminar de Curso de 2017". 2018.

INEP. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Brasília - Brasil. "Portaria Normativa Nº 8, de 26 de abril de 2017", 2017. http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2017/portaria_normativa_n8_de_26042017.pdf. Acesso em 02.11.2018.



OAB. 2016. Exame de Ordem. Desempenho por IES e Campus (2016.1, 2016.2 e 2016.3). <https://examedeordem.oab.org.br/DadosEstatisticos>. Acesso em 09.10.2019.

OAB. 2017. Exame de Ordem. Desempenho por IES e Campus (2017.1, 2017.2 e 2017.3). <https://examedeordem.oab.org.br/DadosEstatisticos>. Acesso em 09.10.2019.

OAB. 2018. Exame de Ordem. Desempenho por IES e Campus (2018.1, 2018.2 e 2018.3). <https://examedeordem.oab.org.br/DadosEstatisticos>. Acesso em 09.10.2019.

PORTAL INEP. <http://portal.inep.gov.br/planalhas-enade>. Acesso em 11.12.2018.

TOZZI, M. e TOZZI, A. Conceito Preliminar de Curso (CPC) X Conceito do Curso (CC): Há Coerência desses Valores nos Cursos de Engenharia? XLIV Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, Natal, RN. 2016.

TOZZI et all. Não está na Hora de Termos um Exame de Ordem para os Cursos de Engenharia? In: **Ciência, Desenvolvimento e Inovação na Engenharia e Agronomia Brasileira**, V.2, pp. 39 - 45. 2019.

HOW TO MAKE ENADE BECOMES OF FUNDAMENTAL IMPORTANCE TO STUDENTS?

Abstract: *The data presented here represent the results of the Program Preliminary Concept (CPC) and Enade Concept (CE), published by the Anísio Teixeira National Institute of Educational Studies and Research (INEP), and refer to the Law and Civil Engineering programs. The results were obtained in the Students Performance National Examination (Enade) held in 2015 and 2018 (Law School) and 2017 (Civil Engineering), available in the PORTAL INEP (2018). This article demonstrates that the institutions that approve from 50% up of the students present in the Order Examination of the Brazilian Lawyers Order - OAB are the same that get the best values of the CE and not the CPC. With this conclusion, the article presents suggestions to OAB and MEC/Inep on how to better use the data obtained in Enade, besides suggesting studies that can prove the effective need to perform the Order Examination of the Federal Council of Engineering and Agronomy – CONFEA.*

Key-words: *Law School. Civil Engineering, Enade, Program Preliminary Concept (CPC).*